

**A CAIXA DOS POBRES - A AÇÃO EFETIVA DA ASSISTÊNCIA NA
PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES POBRES NA UNIVERSIDADE DE
MINAS GERAIS (UMG): 1932-1935**

*THE POOR STUDENTS AIDING BOARD - EFFECTIVE ACTION OF WELFARE
ASSISTANCE WITH THE OBJECT OF KEEPING POOR STUDENTS AT THE
UNIVERSITY OF MINAS GERAIS: 1932-1935*

Écio Antônio Portes

RESUMO

O propósito deste texto é ressaltar as contribuições efetivas da Caixa dos Estudantes Pobres “Edelweiss Barcellos” na permanência de estudantes pobres na antiga Universidade de Minas Gerais nos anos 30. Analisa também o contexto histórico que propiciou a criação da Caixa e a contribuição histórica oferecida por ela para a consolidação de uma assistência institucionalizada a serviço da causa dos estudantes pobres na UFMG.

Palavras-Chave: Estudantes Pobres, Assistência, Universidade.

ABSTRACT

The aim of this paper is to highlight the effective contribution of the Poor Students Aiding Board “Edelweiss Barcellos” in keeping poor students at the former University of Minas Gerais in the 30s. It also analyses the historical context which led to the creation of the mentioned Aiding Board and the historical contribution it offered toward the consolidation of an institutionalised assistance directed at the poor students of the Federal University of Minas Gerais.

Key Words: Poor students, Assistance, University.

* Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor de Sociologia da Educação da Universidade Federal de São João del-Rei. Contatos: eaportes@ufsj.edu.br

A Caixa do Estudante Pobre “Edelweiss Barcellos” está ainda por ser investigada. Quase nada se sabe sobre ela na literatura que cuida da história da Universidade Federal de Minas Gerais (antiga UMG) ou mesmo na história da assistência constituída à margem dessa Universidade para atender aqueles estudantes mais necessitados. A primeira referência sobre a Caixa ou C.E.P.E.B, como a denominaremos doravante, que eu tenho notícia está contida nas páginas 129/30 do primeiro Livro de Atas do Conselho Universitário da UMG. Li as Atas do Conselho Universitário de 1927 a 1956, data do reconhecimento dos novos estatutos da universidade federalizada. Procurava indicações que pudessem ilustrar a existência de estudantes pobres no ensino superior em Minas Gerais, para outra pesquisa. Desta forma, os inéditos documentos produzidos pela Caixa e encontrados por mim, referentes aos anos de 1932-1935, como veremos, são importantes para a reconstrução de uma História da Educação e de uma Sociologia da Educação atinentes aos estudantes pobres mineiros¹. Meu objetivo é tomá-la como fonte e objeto de estudo e efetuar a construção de uma história mais completa da Caixa, em um futuro próximo².

A Caixa foi criada em junho de 1930, em um momento de expansão industrial e econômica na região Sudeste, principal pólo de desenvolvimento do Brasil. Momento também marcado pela construção de uma força de trabalho mais especializada influenciada político e qualitativamente pela imigração de alemães, espanhóis e italianos, dentre outros. Como podemos notar, ela antecede em alguns meses a Revolução de 1930. Portanto, todo o conteúdo “trabalhista” produzido nas ações e leis revolucionárias favorecedoras de uma massa de trabalhadores que se constituía e que pingavam pouco a pouco na sociedade brasileira são posteriores à criação da Caixa, deixando antever poucos vínculos institucionais entre estes dois movimentos.

No campo da educação a discussão mais atual que se produzia no momento era aquela colocada pelos Pioneiros da Educação Nova em 1932, da construção de um sistema educacional fundado em bases “científicas”, “reagindo contra o empirismo dominante”³. Alias, pode-se identificar nas ações e práticas futuras da Caixa vários propósitos expressos no Manifesto dos Pioneiros com relação às possibilidades e oportunidades de uma educação para todos, “para além dos limites das classes”; como uma educação que atenda aos interesses do indivíduo, fundada em ideais humanos, de solidariedade, de serviço social e cooperação; uma educação que não admita classes ou escolas a que só tenha “acesso uma minoria, por um privilégio exclusivamente econômico”; uma educação acessível, em qualquer grau “a todos que tenham vontade e estejam em condições de recebê-la”; uma educação superior ou universitária inteiramente gratuita; uma educação que promova a “cooperação social”, dentre outros importantes princípios. Não consegui identificar ainda, qual é a influência que os estudantes fundadores da Caixa receberam dos Pioneiros⁴.

No campo mais específico da assistência social, as discussões irão se aprofundar depois de 1935, segundo os depoimentos de uma Mesa Redonda da PUC (1983) para discutir a História da Assistência Social. Segundo dona Odila Cintra Ferreira, uma das participantes e uma das fundadoras da Escola de Serviço Social de São Paulo em 1936, em 1932 havia “um total desinteresse pelo trabalho social” no Brasil. Fato importante, na mesma ocasião, é quando dona Nadir Gouvêa Kfourí, outra militante histórica da assistência social, realça que o trabalho social no período era desenvolvido por jovens que tinham como “referência efetiva o evangelho” e, segundo ela, “nos entregamos com muito entusiasmo, porque éramos jovens, e os jovens são generosos”, como também eram generosos os jovens criadores e mantenedores da Caixa. No caso da Caixa⁵, podemos também buscar suas referências em outros campos.

¹Denominava-se estudante *pobre, necessitado, despossuído de fortuna* aqueles poucos estudantes que não podiam arcar com os custos referentes às demandas produzidas pelo ato de se estar matriculado na UMG, fossem elas demandas intrínsecas ao curso (matrícula, mensalidade, livros, material, etc.) ou externas a ele (moradia, roupa, aluguel, alimentação, doença, etc.). Vê-se claramente que nesse caso a pobreza esta relacionada à destituição, à ausência de posses materiais limitadoras ou impeditivas de uma participação econômica, política e cultural mais abrangente. Mas como bem ressaltam alguns autores ZALUAR (1985), MOLLAT (1989), YAZBEK (1993), ABRANCHES (1995), SARTI (1996) os pobres aos quais nos referimos apresentam uma forte dimensão simbólica, presente em suas práticas.

²Como observa Maria Lúcia Spedo HISSDORF (1999), a primeira vez que lidei com os documentos da Caixa os utilizei como ilustrações para as minhas colocações, para justificar outras necessidades. Não os tinha como fonte e objeto de estudo.

³Para maiores detalhes, veja-se “*O manifesto dos pioneiros da educação nova*” (1984). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, 65 (150):407-25.

⁴Por outro lado, posso afirmar que, quando nada, a presidente da Caixa senhorinha Daisy Prates tinha acesso a um dos signatários do Manifesto, o professor Mário Casasanta. Ela era filha de Lincon Prates, emérito professor da Faculdade de Direito da UMG, colega e amigo daquele.

⁵Como hipótese a ser investigada, haveria alguma influência católica na criação da Caixa, na obra da Caixa?

Como afirmei noutra ocasião, dificilmente se poderia pensar as origens da assistência institucionalizada aos universitários pobres do Estado de Minas Gerais sem revisitar o pensamento de Mendes Pimentel, primeiro reitor da UMG, em virtude de suas ações favorecedoras e incentivadoras de práticas sociais de "atendimento" aos pobres diante de suas múltiplas necessidades, principalmente aquelas referentes ao "trabalho" e à "instrução" (PORTES, 2001).

De uma forma ou de outra, o professor Mendes Pimentel em sua gestão (1927-1930), apoiou e incentivou a criação e manutenção de instituições que angariassem recursos para a causa do estudante pobre de Minas Gerais. Datam de sua gestão a criação da Associação Universitária Mineira - A.U.M - (que será substituída pelo D.C.E em 1932) e a Caixa do Estudante Pobre "Edelweiss Barcellos", criada a 9 de junho de 1930. Obtém ainda autorização da Congregação da Faculdade de Direito para transferir para a A.U.M o patrimônio da Fundação Affonso Penna, já que as duas possuíam fins semelhantes. Empenhou-se ainda, junto ao presidente Antônio Carlos, para transferir da esfera política a possibilidade de a A.U.M indicar os estudantes gratuitos para ocupar as vagas oferecidas pelas Faculdades que compunham a Universidade, de forma mais criteriosa "até então preenchidas por ordem direta da Secretaria do Palácio Presidencial"⁶. Empenhou-se, ainda, em garantir subsídio àquelas entidades mencionadas através da criação de uma contribuição paga por todos os estudantes no ato da matrícula⁷.

Como se sabe, Mendes Pimentel não pôde dar continuidade a sua obra no reitorado da U.M.G e, por conseguinte, a sua obra de benemérito da assistência ao estudante pobre, depois do "conflito de 18 de novembro" de 1930⁸, após o "malvado dia"⁹, quando se exonerou do cargo de reitor. Entretanto, a presença dos "moços pobres", como se dizia à época, justificava o lançamento em solo universitário mineiro da semente da assistência ao estudante. Percebe-se ainda no momento de instalação da UMG, que nesse período, havia um entendimento da necessidade social e política de se "assistir" o estudante pobre.

A esse respeito, percebe-se nas atas do Conselho Universitário do período um movimento quase consensual em direção à necessidade de se instituir assistência ao estudante pobre, como demonstra a fala de Mendes Pimentel, ao dar notícia da criação, em 16 de novembro de 1929, da Associação Universitária Mineira, constituída de estudantes de todas as Escolas e Faculdades: "Um dos fins dessa sociedade é o de prestar assistência material aos rapazes que dela necessitam. O departamento de assistência é confiado a uma comissão, da qual farão parte, segundo os Estatutos, professores de todas as Faculdades; ele tem escrita própria e separada, de maneira a garantir que a renda com destinação a auxiliar a moços pobres não possa, em caso algum, ser distorcida para outro fim; visa assistir os moços necessitados, cujas condições de fortuna serão (...) averiguadas, proporcionando-lhes matrícula gratuita, dando-lhes tratamento em caso de doenças, fornecendo-lhes mesadas, fazendo-lhes empréstimos de honra (que serão pagos quando, no exercício da profissão, estiverem os ex-assistidos em situação de fazê-lo) etc"¹⁰.

Pouco depois, quando das discussões dos Estatutos da Universidade, aproveitando o clima favorável à institucionalização da assistência aos estudantes pobres, o professor José Baeta Vianna propõe uma nova redação para o artigo 101, que é discutido e aprovado conforme ata do dia 8 de novembro de 1931: "Fica criada, com sede na Universidade, a secção de "Assistência aos Universitários", com todas as divisões que constarem do seu regimento interno. Parágrafo 1º: O seu patrimônio será constituído de doações, subvenções e sobretudo pelas matrículas gratuitas, que serão consideradas empréstimo, devendo o beneficiado assinar no ato da concessão um termo de compromisso de honra, pelo qual se obriga a devolver à assistência, a importância equivalente ao

⁶ Conforme ofício escrito de próprio punho pelo reitor, datado em 25 de janeiro de 1930, Arquivos DSG/UFMG. Ver ainda MORAES (1972, v.II:54).

⁷ Importante esclarecer aqui que, nos dias atuais, essa é ainda a forma histórica de manutenção da Fundação Universitária Mendes Pimentel, que atende aos estudantes mais necessitados da UFMG.

⁸ PIMENTEL, Francisco Mendes (1931). *O conflito de 18 de novembro*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais.

⁹ Trata-se do grave conflito ocorrido entre estudantes e professores da Universidade de Minas Gerais, quando da decisão do Conselho Universitário - diante da autonomia econômica, administrativa e didática que a Universidade possuía - em não acatar o decreto federal de 14 de novembro de 1930 que "resolvia fazer passar de ano e formar sem exames os estudantes e concluintes de cursos de todo o território nacional". Como saldo do conflito, ocorreu a morte de um estudante de Medicina, baleado por um dos filhos de Mendes Pimentel, vários carros incendiados, depredação do prédio da Faculdade de Direito, agressão física a professores, a renúncia do reitor e a cassação, em 30 de novembro, da autonomia universitária. Maiores detalhes, ver NAVA (1983), página 51 e seguintes.

¹⁰ Livro de Atas I, UFMG, p.33/34, Belo Horizonte, 16 de novembro de 1929.

favor, concedendo-se para isso um prazo nunca inferior a três anos, a contar da data da formatura." O parágrafo segundo do mesmo artigo regulamenta a forma de gestão desta assistência, reservando espaço de atuação para um estudante de cada escola. Em seguida, o professor Alfredo Balena, diretor da Faculdade de Medicina, propõe regulamentar o modo de se admitirem os alunos gratuitos, já que o professor Baeta Vianna "não fala no Quantum", pois acredita que a "admissão dos alunos gratuitos deve ser feita não de acordo com a subvenção, mas sim de acordo com o número de alunos". Propõe, então, uma subemenda à emenda substitutiva do professor Baeta Vianna, de que a matrícula gratuita não poderá exceder de 5% do número de alunos. Foram emenda e subemenda aprovadas.¹¹

Em 1934, quando da discussão dos novos Estatutos da Universidade, institui o artigo 94, parágrafo 4º, que passa a ter a seguinte redação: "as medidas de previdência e beneficência (empreendidas pela Caixa do Professorado Universitário) serão extensivas aos corpos discentes dos institutos universitários, e nelas serão incluídas bolsas de estudo, destinadas a amparar estudantes reconhecidamente pobres, **que se recomendem pela sua aplicação e inteligência**, ao auxílio instituído". (Grifos meus).

Todas essas iniciativas não passaram de letra morta, pois pouco ou nenhum efeito tiveram na prática. A demanda do estudante pobre, nesse período, foi atendida quase que exclusivamente pela Caixa do Estudante Pobre "Edelweiss Barcellos". Aquelas entidades, entre outras, recorriam rotineiramente à Caixa, repassando a esta as demandas recebidas, como atestam os pedidos de empréstimo, de matrículas gratuitas e outros encaminhamentos efetuados pela A.U.M. Foi nesse contexto institucional que nasceu a C.E.P.E.B.

No caso da UMG, quando da primeira prestação de contas da Gestão da senhora Daisy Prates frente à Caixa do Estudante Pobre junto ao Conselho Universitário, o professor Baeta Vianna salienta que a Diretoria da Caixa proporcionara matrículas a **alunos necessitados em número muito maior** do que o correspondente à subvenção recebida da Universidade (de 300 mil réis mensais) e "propõe que na presente acta ficasse consignado um voto de aplausos à sua Diretoria, pela eficiência e dedicação com que vem gerindo os interesses da Caixa"¹². A partir dessa referência quantitativa contida na Ata do Conselho Universitário do dia 9 de julho de 1932, orientei minhas pesquisas no sentido de identificar possíveis registros produzidos pela "Caixa".

Os inéditos e originais documentos/registros produzidos entre os anos de 1932/1935 - detalhados questionários de pedido de auxílio, cartas, pareceres, pedidos políticos, extratos de entrevistas, livro-caixa, livros de benefícios deferidos/indeferidos, livros dos chás beneficentes "Bola de Neve" etc., encontrados nos arquivos do Departamento de Serviços Gerais da UFMG¹³, indicam que se trata de um conjunto de documentos que, dadas a riqueza e a quantidade de detalhes produzidos permite um estudo mais aprofundado e uma reconstrução bastante completa da vida do estudante pobre do período ao qual se refere.

Para esse trabalho, extrairi desse conjunto de dados aquelas circunstâncias que possibilitam conhecer melhor os estudantes pobres do período tratado: a origem geográfica, a origem social, filiação, ocupação dos pais, trajetória escolar, condições de vida e de estudos. Eles demandavam "auxílio", "ajuda", "benefícios", "favores" para a consecução de seus objetivos de formação universitária. Nesse sentido, relativamente a estudantes pertencentes aos quadros da Universidade, foram consultados 61 processos que objetivavam analisar e verificar o "estado de pobreza" dos estudantes, 58 cartas que funcionavam como pedido e também como reforço aos processos preenchidos, 49 documentos (listas, recibos, anotações de deferimento etc.) que comprovam a "distribuição" de "auxílios", de "benefícios" recebidos por algumas dezenas de requerentes ao longo desses quatro anos.

Para o período mencionado, pôde-se extrair dos dados que 281 estudantes universitários demandaram: auxílio para pagamento de matrícula, de taxas de exame e de diploma; auxílio para pagamento de parcelas de prestações escolares; auxílio para manutenção pessoal; pedidos de emprego e intervenção para remoção de local de trabalho; interferência junto à direção de estabelecimento escolar para merecer perdão, anistia, após expulsão, e financiamento de estadia de estudantes de outros estados acometidos de tuberculose.¹⁴

¹¹ Livro de Atas I, UFMG, p.104/105, Belo Horizonte, 8 de novembro de 1931.

¹² Livro de Atas do Conselho Universitário da UFMG, no.1, pgs.129/30.

¹³ Este conjunto de documentos, mesmo bastante preservado, se encontra completamente desprotegido do ponto de vista arquivístico por não estar aos cuidados, por exemplo, da biblioteca da UFMG. Definitivamente, o Departamento de Serviços Gerais não é o melhor local para abrigá-lo.

¹⁴ Essa procura se explica por ser Belo Horizonte, nas primeiras décadas do século XX, uma indicada instância de tratamento de problemas pulmonares.

Vê-se, por esse conjunto de solicitações, que os benefícios da Caixa dos Estudantes Pobres eram diversos e procuravam sempre "o bem estar e a permanência do estudante" na capital mineira. Pode-se afirmar com precisão que 94 estudantes tiveram seus pedidos atendidos pela Caixa, que priorizava sobremaneira os estudantes de Medicina (38,3%), os estudantes de Direito (32,0%) e os estudantes de Odontologia e Farmácia (14,9%). Os outros, de Engenharia, Veterinária e Agronomia, aparecem de forma mais dispersa.

Esses estudantes eram geralmente provenientes do interior do estado de Minas Gerais, de uma profusão de cidades, sem que nenhuma predominasse em sua oferta de estudantes pobres às escolas superiores da capital. Poucos eram os nascidos na capital do Estado. Em Belo Horizonte, passavam a morar com parentes, de favor com amigos e conhecidos ou se alojavam em pequenas repúblicas que atendiam a esse tipo de clientela.

Pôde-se saber, através dos 61 questionários respondidos pelos estudantes, que eles concluíram o ginásio em 28 diferentes estabelecimentos situados, predominantemente, na Zona da Mata, nas cidades históricas e na capital mineira. É marcante a presença daqueles que passaram pelo Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, pelo Ginásio Santo Antônio de São João del-Rei, pelo Colégio Arnaldo de Belo Horizonte e Grambery de Juiz de Fora. Ainda um grupo significativo de estudantes relata ter efetuado os estudos "particularmente". Observando-se a denominação dos ginásios freqüentados, pode-se inferir que a metade dos mesmos pertencia a ordens religiosas.

Sabe-se ainda que os estudantes contavam com a idade média de 22,9 anos no momento em que demandaram os auxílios. Seria difícil precisar a idade média de entrada dos mesmos nos respectivos cursos, pois nem todos responderam com precisão em que ano do curso se encontravam. Desnecessário é dizer que se tratavam de estudantes homens. Apenas duas mulheres figuram no conjunto de processos analisados. Entretanto, comprovadamente, sei através das listas e dos cadernos de benefícios que seis mulheres mereceram os auxílios da Caixa: três na Medicina, duas na Odontologia e uma na Engenharia. Dentre elas, A. Motta, estudante de Medicina que foi assumida pela Caixa de 1932 a 1935.

Em 97,0% dos casos eles (e também elas) eram solteiros¹⁵. Parte significativa (39,0%) recebia algum auxílio da família, de conhecidos, de protetor ou de benfeitor, da ordem de 100 mil réis mensais (em média), mas isso não era suficiente para fazer frente às despesas escolares, habitação e manutenção pessoal, segundo os relatos. Os dados desse conjunto de jovens indicam ainda que 38,0% deles trabalhavam antes de entrarem para a universidade, nas mais variadas funções, mas sempre ocupando postos, tais como regente, auxiliar de escritório, professor, empregado do comércio, repórter, caixeiro, inspetor de alunos, que se distanciavam das ocupações manuais. Poucos acusam atividades tais como faxineiro, guarda-civil, praticante da Estrada de Ferro Central do Brasil. Observa-se que é marcante a presença daqueles que se ocupam com atividades relacionadas ao ensino, como se mencionou.

Após entrada nos cursos universitários, a relação com o trabalho pouco se alterará: 36,0% dos estudantes continuarão a depender do trabalho como forma de enfrentar suas necessidades. As justificativas constantes nos processos deixam antever a insuficiência do salário percebido (algo em torno de 220 mil réis, em média) para a manutenção na vida universitária. Um número de estudantes da ordem de 33% relata estar às voltas com dívidas contraídas para fazer frente às despesas pessoais e escolares.

A renda mensal dos pais, declarada pelos estudantes, gira em torno de 440 mil réis, diminuída por um elemento materialmente empobrecedor da família: o alto número de filhos (7 em média). Associado a isso, os dados indicam um grande esforço da família para manter os outros filhos também estudando. Nesses casos, a família estava sempre a demandar do filho universitário alguma ajuda. Dentre aqueles que trabalhavam, vários relatam ser o elemento de sustentação da casa.

Quanto às ocupações, os pais podem ser divididos em dois blocos. Um bloco, o daqueles que parecem constituir aquela categoria denominada por Mendes PIMENTEL (1949), de "vasto proletariado oficial dos empregados públicos" constituído por escrivães do crime, professores, funcionários da Estrada de Ferro Central do Brasil, contador, condutor postal, tabelião, funcionários dos correios, escriturário da prefeitura, maquinista, entre outros.

¹⁵ Esses dados referem-se mais precisamente a 61 processos de estudantes do ensino superior, onde as informações estão mais completas e permitem esse tipo de leitura.

Mesmo desses pais mais aquinhoados socialmente pouco se poderia esperar, como bem ilustra o caso do estudante de Direito J.M.Machado, 20 anos, solteiro, nascido em Belo Horizonte, filho de um funcionário público federal, que demandou com sucesso "aproveitar uma das dez matrículas gratuitas que a Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, concedeu à 'Caixa do Estudante Pobre', conforme seu pedido, efetuado a 10 de março de 1935. Para justificar seu pedido, J.M.Machado produz a seguinte justificativa:

Se recorro à "Caixa do Estudante Pobre" é porque tenho real necessidade de um auxílio. Minha família, composta de 9 pessoas vive quase que milagrosamente com os vencimentos de meu Pai, reduzidos à metade pelo desconto mensal das prestações dos empréstimos contraídos no Instituto da previdência, na Sociedade Beneficente Postal e na Caixa Econômica. Com efeito ele deveria perceber mensalmente - 866\$666 -, vencimentos correspondentes ao seu cargo de 2º oficial. Os números que se seguem, esclarecerão melhor do que as palavras, a situação de minha família:

<i>Vencimentos mensais do meu Pai</i>	-	<i>866\$666</i>
<i>Prestação paga à Caixa Econômica</i>	-	<i>310\$000</i>
<i>Desconto da Previdência</i>	-	<i>40\$000</i>
<i>" " Sociedade Postal</i>	-	<i>63\$000</i>
<i>Monte Pio</i>	-	<i>20\$000</i>
<i>Total:</i>	-	<i>433\$000</i>

Ora, 866\$666 menos 433\$000 é igual a 433\$666!

Do restante, 220\$000 destina-se ao pagamento do aluguel da casa. E agora, um ponto de interrogação, que só poderia ser respondido pelo silêncio, porque só os pobres, verdadeiramente pobres, estão a altura de o compreender.

De fato, como poderia viver uma família de nove pessoas, numa grande cidade, educando os filhos etc, com tão irrisória quantia de dinheiro? São os grandes dramas obscuros, vividos na realidade cotidiana de um lar paupérrimo. A luta surda e heróica, pelo "pão nosso de cada dia". As esperanças num futuro melhor para os filhos.

Este empréstimo que presentemente faço à "Caixa" será uma dívida sagrada para mim. Não ficarei tranqüilo enquanto não puder solvê-lo.

O relato acima traduz a situação de parte daquelas famílias que faziam uso da assistência.

O outro bloco é marcado pela presença de pais que exerciam trabalhos manuais. Eles aparecem na figura de lavradores e operários, sem maiores especificações. Seus filhos constituem a outra parte da população que demandava benefícios da Caixa, como bem ilustra o caso do itabirano filho de um lavrador falecido, R.A.S.Maia, 29 anos, solteiro, estudante de Direito, auxiliado em diversas circunstâncias pela Caixa. No processo analisado R. Maia afirma: "desejo matricular-me no 2º ano de Direito na Faculdade de Direito da U.M.G, e não disponho neste momento de recurso necessário, recorro a benemérita "Caixa do E. Pobre" para me auxiliar com o empréstimo da 1ª prestação, de matrículas de que ficarei muitíssimo grato". Em sua justificativa R. Maia dá a conhecer os seguintes fatos:

Nasci em Itabira de Matto Dentro de humilde lavrador conforme já disse linhas atrás. Cursei o Grupo Escolar¹⁶ de 1911-1914, tirando as melhores notas de aplicação e aproveitamento. Em fins de 1914 recebendo o diploma, com a inclinação de uma vida mais iluminada continuei a me esforçar. Mas extrema pobreza de recursos com que papai lutava era tal, que julguei várias vezes impossível. E assim, observando-me, filbo de um operário, julgava não poderia passar além. Diante desta situação, e encarando assim a vida, procurei ver se era possível mudar a direção. Experimentei então vários ofícios modestos como alfaiate, seleiro, sapateiro, cangalheiro, padeiro, fui até vendedor de jornais, revistas e várias miudezas.

E assim levei nove anos de aventura na luta pela vida e não achando em quase nenhum destes campos um ponto de apoio seguro com que eu pudesse garantir a felicidade da família, até que em 20-1-923 o Sr. Ilmo. Trajano Procópio de Alvarenga Monteiro, fundando o seu Modelar Educandário, o "Ginásio Sul-Americano", tive a fortuna de ser chamado pelo Sr. seu irmão,

¹⁶ O estabelecimento denominado "Grupo Escolar" é que se encarregava do ensino equivalente às Séries Iniciais e o Ginásio, das séries complementares do Ensino Fundamental e Médio.

Raul de Alvarenga para copeirar. Logo que tive notícia da fundação, comecei a tecer as minhas demarches para me colocar no mais simples lugar afim de poder começar a estudar. As minhas demarches, porém, de nada valeram, pois me dirigi a pessoas que nenhuma relação tinham com o fundador, mas estando a Terra Prometida, já era eu o candidato da preferência do Sr. Raul de Alvarenga, que encarregado de arranjar pessoal, me chamou de livre arbítrio para copeiro e faxineiro. Começada a matrícula daquele ano, em boa ocasião, apresentando-me a este Nobre Educador, o Sr. Trajano Procópio, fazendo um apelo a sua grande generosidade afim de aproveitando todas as horas vagas que me sobrassem para fazer alguns cursos, o Sr. Trajano, como qualquer de vós podereis perguntar-lhe me cedeu a matrícula nos do seu colégio como se eu fosse aquele filho pródigo que lhe aparecia naquele instante. Teve ele tão boa vontade para comigo como teve papai na minha criação.

Parece, portanto, que a origem social dos estudantes necessitados não era exatamente a mesma em todos os casos, suas circunstâncias podiam variar. Entretanto, naquela época, a simples afirmação da pobreza não bastava. Era necessário comprová-la e colocar-se à disposição da Caixa para uma "sindicância". Nomeava-se um sindicante que deveria entrevistar ao menos três pessoas "idôneas" indicadas pelo próprio solicitante que fossem conhecedoras de sua situação financeira.

O papel central da Caixa no atendimento ao estudante pobre e a efetividade de sua ação social talvez se explique pela positividade, clareza de objetivos, empenho individual na aquisição de recursos de sua longa duração, centrada na figura carismática, mas também detentora de capital social da senhora Daisy Prates¹⁷. Os documentos por mim identificados demonstram uma gestão eficiente, segura, proba, criteriosa e rigorosa na distribuição dos recursos arrecadados para a manutenção do estudante pobre. Uma administração que mereceu a confiança das Escolas que compunham a U.M.G nas suas relações sociais e financeiras.

Para o período, o trabalho social desenvolvido pela Caixa se diferenciava em muito de um assistencialismo filantropista desenvolvido por jovens pertencentes a uma burguesia emergente na capital mineira. É "a orientação ideológico-política da prática assistencial o que determina se ela é assistencialista ou não" (ALAYÓN, 1992:53). Nesse caso, a ação assistencial desenvolvida pela Caixa se distancia daquelas ações que buscam ocultar, amortecer as contradições sociais. De acordo com dona Odila Cintra Ferreira, na entrevista já citada, nesse período não se podia usar o termo *mudança* sob o risco de se sofrer um inquérito político-militar.

A prática assistencial desenvolvida pela Caixa não estava vinculada ao Estado, não parte de uma iniciativa dele, mesmo que o Estado possa contribuir de alguma forma para a viabilização de suas ações, como por exemplo, oferecendo matrículas gratuitas para que a Caixa as distribuíssem.

Os documentos atestam que as ações da Caixa se distanciam de um *discurso* e se consubstanciam em *prática social*. Elas revelam um inconformismo com a situação social de um grupo de colegas, revelam uma luta pela igualdade de oportunidades quando ainda não se falava nisso e promovem, mesmo que de forma restrita, mudança social ao auxiliar os sujeitos a saírem da situação social na qual se encontravam. Efetuar um curso universitário no período era para poucos. Não podemos nos esquecer que nesse período a educação era um bem de luxo. Ainda mais a educação de nível superior. E a luta principal da Caixa era para que os "companheiros necessitados", na linguagem de Daisy Prates pudessem concluir o curso superior.

Talvez aqueles jovens fundadores da Caixa fossem portadores daquilo que Richard RORTY (1993:118) chamou de *provincianismo solidário*, ou seja, tivessem a dimensão exata de que a ação solidária empreendida por eles significava para aquele momento histórico e não para outro, imaginário.

Por outro lado, as formas de financiamento da Caixa, como mostram as anotações do "Livro Caixa"¹⁸, não suportaram a crescente demanda e produziram um desgaste pessoal quase insuportável para os seus dirigentes, que eram obrigados a resistir a todos os tipos de gestões efetuadas principalmente por "políticos", "amigos" e "conhecidos".

A Caixa era financiada basicamente por uma parca subvenção oferecida pela Universidade, na importância de 300 mil réis mensais; doações e contribuições diversas; pelo convênio mantido com o Cine Brasil e outros que aumentavam o preço do ingresso e repassavam à Caixa esse aumento; pelo

¹⁷ Não podemos nos esquecer, já o disse, de que a presidente da Caixa era filha de Lincon Prates, emérito professor e diretor da Faculdade de Direito da UFMG.

¹⁸ Trata-se do Livro Caixa referente ao período de maio de 1932 a fevereiro de 1934. Arquivos DSG/UFMG.

reembolso dos benefícios e empréstimos concedidos; pelos festivais promovidos e numerosos "chás" beneficentes denominados "Bola de Neve"¹⁹.

Entretanto, essas formas de financiamento e o modelo de atuação da Caixa davam sinais de esgotamento já em 1935. A demanda diminuiu drasticamente com relação aos outros anos, renunciando, segundo os documentos encontrados, o saturamento de suas possibilidades. Ainda assim a Caixa irá atender a 47 estudantes pobres, principalmente no item matrícula gratuita, colocadas à sua disposição pelas diversas Escolas. Observa-se ainda que a maioria dos atendidos nesse ano era constituída de estudantes pobres que já vinham obtendo, noutros momentos, os benefícios da Caixa.

Com o fosso deixado pela Caixa, ressuscitou-se aquela assistência pensada por Baeta Vianna em 1931. E sua idéia era de que se organizasse uma assistência que abrangesse um leque maior de estudantes e que fosse contínua e menos seccionada do que aquela oferecida pela Associação Universitária Mineira, descontínua em função das constantes mudanças de direção; ou mesmo uma assistência que se diferenciasse de iniciativas próximas da filantropia, embora de importância e enorme sucesso, como a da C.E.P.E.B.

Como hipótese a ser investigada, penso também que a C.E.P.E.B definiu porque os estudantes que lhe deram vida e ação não conseguiram, após sua formatura, dar continuidade aos trabalhos da Caixa através de uma sucessão assumida por outros colegas de períodos anteriores que possuíssem o mesmo espírito solidário e a desenvoltura social daqueles. Como os dados mostram, nesse caso, necessitava-se mais do que de uma "consciência de solidariedade". Para manter a Caixa era necessário não só desenvolver formas criativas de arrecadar fundos, mas também, possuir um capital social capaz de abrir as portas mais importantes da sociedade belorizontina para, daí, extrair fundos para a assistência. A Caixa viveu um processo que poderíamos denominar de confiança nos pares. Isto é, aqueles que amalhavam e gerenciavam os recursos necessários às atividades assistenciais da Caixa eram bastante semelhantes socialmente àqueles que ofereciam as doações. Nesse caso, observa-se a ação evidente do capital social.²⁰

Entretanto, pode-se afirmar, a assistência que se instituiu a partir do esvaziamento da "Caixa" após o ano de 1935²¹, muito se deve a ela, pois as práticas e os modos de assistir que se estabeleceram com o tempo guardam, ainda nos nossos dias, uma forte referência àquelas formas de atendimento empreendidas pela Caixa a seus assistidos, como, por exemplo, a criteriosa investigação social e econômica da trajetória do sujeito, as visitas domiciliares para comprovação *in loco* da penúria material, a cobrança posterior dos benefícios concedidos e o respeito em preservar a identidade do assistido, práticas bastante anteriores à criação do Curso de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, que irá fornecer os profissionais técnicos gerenciadores e (re)implementadores da assistência aos universitários a partir de 1965, já no âmbito da Fundação Universitária Mendes Pimentel (LEÃO,1995).

Ao meu ver, a ação mais importante da C.E.P.E.B foi colocar em cena a necessidade de ações criativas e efetivas, não assistencialistas, que favorecessem a permanência duradoura no interior da Universidade de um tipo de estudante, o estudante pobre, que se camuflava estrategicamente ao se recusar apresentar-se como pobre, para sobreviver entre os pares mais aquinhoados material e socialmente que dominavam a cena universitária. O estudante pobre era deliberadamente ignorado pelo Estado e pela Instituição, abandonado à própria (má) sorte. Como mostramos, antes das ações da C.E.P.E.B já se admitia nos ordenamentos da UMG formas de ajuda aos "desprovidos de fortuna". Entretanto, somente depois das ações efetivas da Caixa essas formas foram efetivadas através do esforço do professor Baeta Vianna em consolidar a Assistência Universitária Mendes Pimentel, presente até os nossos dias.

¹⁹ Ao todo temos anotados 150 chás com registros bastante precisos do local de realização, participantes e contribuições arrecadadas, conforme documentos dos Arquivos DSG/UFMG.

²⁰ Segundo Bourdieu (1998:67) o capital social se caracteriza por uma rede de relacionamentos sociais que o agente põe em ação para dar respostas a suas diferentes estratégias sociais, às suas necessidades. Esta rede, necessariamente, tem de ser efetiva, atuante e durável. Assim tal autor o define: "O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis".

²¹ Não encontramos, ainda, nenhum documento referente à Caixa a partir desse ano.

O fim da Caixa mostrou ainda aos implantadores e reformadores da assistência ao estudante pobre que a organização de um aparelho destinado à assistência deveria guardar fortes ligações institucionais, como forma de garantir a sobrevivência de suas ações. Ele não poderia depender da solidariedade alheia, como a Caixa dependia. O fim da Caixa apontava para uma assistência profissional e de responsabilidade do Estado.

Bibliografia

ABRANCHES, Sérgio Henrique (1995). **Os despossuídos**. Crescimento e pobreza no país do milagre. Rio de Janeiro, Zahar.

BOURDIEU, Pierre (1998). O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice & CATANI, Afrânio (orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis, Vozes.

HISDORF, Maria Lúcia Spedo (1999). A série ofícios diversos do arquivo do estado de São Paulo como fonte para a história da educação brasileira. In: VIDAL, Diana Gonçalves & SOUZA, Maria Cecília Cortez C. de (orgs.) **A memória e a sombra**. A escola Brasileira entre o império e a república. Belo Horizonte, Autêntica.

LEÃO, Maria Ângela Machado (1995). **O serviço social na FUMP**: a institucionalização da assistência ao universitário. Belo Horizonte, Fundação Universitária Mendes Pimentel, Documento interno.

MESA redonda da PUC-SP (1983). História do serviço social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº12

MOLLAT, Michel (1989). **Os pobres na idade média**. Rio de Janeiro, Campus.

MORAES, Eduardo R. Affonso (1971). **História da Universidade Federal de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Imprensa da UFMG, Vol. I e II

NAVA, Pedro (1983). **O círio perfeito**. Memórias 6. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

O MANIFESTO dos pioneiros da educação nova (1984). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, 65 (150):407-25.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda (1998). **A assistência ao universitário na UFMG**. Belo Horizonte, Mimeo.

PIMENTEL, Francisco Mendes (1931). **O conflito de 18 de novembro**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais.

_____(1949). **Jornalista e político, professor, jurista**. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil.

PORTES, Écio Antônio Portes (2001). **Trajetórias escolares e vida acadêmica do estudante pobre da UFMG** – um estudo a partir de cinco casos. Doutorado em educação. Belo Horizonte. Faculdade de Educação da UFMG.

RORTY, Richard (1993). Solidariedade ou objetividade? **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, no. 36.

SARTI, Cynthia Andersen (1996). **A família como espelho**. Um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo, Autores Associados.

YAZBEK, Maria Carmelita(1993). **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo, Cortez.

ZALUAR, Alba (1985). **A máquina e a revolta**. As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo, Brasiliense.